

2001 — Oradora na Conferência “O Urbanismo no século XXI”, Casa Municipal da Cultura, em Coimbra.

1999 — Oradora na Conferência sobre o “Alargamento Europeu”, organizada pelo Senado da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em representação de SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Interna.

7 — Artigos em Publicações Periódicas

1998/2000 — Colunista da Revista de Direitos Humanos *Enviado Especial*, destinada a relatar violações aos Direitos Humanos, com os seguintes artigos publicados nos primeiros dois números:

a) Pinto, Eliana. Timor Loro-Sae. *Enviado Especial*, Bruxelas, 1998. (Revista n.º 1).

b) Pinto, Eliana. Violência contra as Crianças. *Enviado Especial*, Lisboa, 1999. (Revista n.º 2).

8 — Outras Publicações em Preparação

2008/09 — Em preparação a anotação da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais e Lei do Sector Empresarial Local).

2009 — Em preparação a anotação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro — Lei de Vinculações Carreiras e Remunerações — e Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro — Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

202109259

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 17660/2009

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a licenciada Paula Alexandra Alves de Burgo Fernandes do lugar para o qual foi nomeada como assessora, pelo meu despacho n.º 10244/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 8 de Abril de 2008.

2 — Cabe-me expressar-lhe o meu público louvor pela excelência do trabalho que desenvolveu, nomeadamente na actividade da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia na área do Desenvolvimento Regional, no acompanhamento do Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006 e na dinamização da participação portuguesa nos Programas de Cooperação Territorial Europeia. São responsabilidades do Gabinete cujo cumprimento muito ficou a dever ao elevado nível de dedicação que prestou a todas as questões em que interveio e às suas qualidades profissionais e pessoais.

3 — A presente exoneração produz efeitos a partir de 20 de Julho de 2009.

17 de Julho de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

202107403

Despacho n.º 17661/2009

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo os seguintes membros do meu Gabinete, engenheiro Manuel António Relvas Louro Granchinho e Dr. Luís Miguel Gomes de Freitas Centeno, para substituir a chefe do Gabinete, Dr.ª Lídia Luísa Pinheiro Pimentel de Deus Figueira, na sua ausência, no próximo período que decorre de 18 a 31 de Julho e de 1 a 9 de Agosto, respectivamente.

17 de Julho de 2009. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

202106797

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 13561/2009

Atentas, designadamente, as alterações legislativas ocorridas após a emissão do meu despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

de 6 de Agosto de 2007, através do Aviso n.º 14 152/2007 — objecto da Rectificação n.º 1654/2007, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Setembro do mesmo ano, impõe-se a emissão de nova subdelegação de competências na Directora de Serviços do Ordenamento do Território, Dr.ª. Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos. Assim,

1 — Ao abrigo das competências que me foram delegadas através do Despacho n.º 6004/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59 de 23 de Março de 2007, e do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego, sem a faculdade de nova subdelegação, na supra identificada directora de serviços as competências para a prática dos seguintes actos cuja prática é atribuída por lei à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

a) Emissão das autorizações e pareceres previstos no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto;

b) Apresentação das propostas de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, ao abrigo das normas transitórias constantes do n.º 2 do artigo 41.º daquele diploma legal;

c) Todos os actos de administração ordinária relativos à instrução dos pedidos de reconhecimento relevante interesse público, previsto no n.º 1 do artigo 21.º do mesmo diploma;

d) Todos os actos relativos à elaboração, alteração e revisão de planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território, previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro;

e) Todos os actos relativos ao acompanhamento da elaboração, alteração ou revisão dos planos especiais de ordenamento do território previstos naquele regime jurídico;

f) Todos os actos previstos nos artigos 13.º-A e 13.º-B do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro;

g) Emissão do parecer previsto no artigo 42.º do citado regime jurídico, relativo ao licenciamento de operações de loteamento a realizar em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território;

h) Actos previstos nos artigos 12.º, 19.º e 69.º a 71.º do Regime Jurídico de Exercício da Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro;

i) Representação na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte na Comissão de Autorização Comercial, prevista no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de Janeiro;

j) Autorização prévia de localização de instalações desportivas, prevista no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro;

k) Emissão do parecer relativo à construção, ampliação ou remodelação de cemitérios, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 44 220, de 3 de Março de 1962;

l) Emissão do parecer previsto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 14 de Janeiro, relativo aos Planos de Gestão Florestal

2 — São ratificados todos os actos anteriormente praticados pela Directora de Serviços do Ordenamento do Território que se insiram no âmbito da presente subdelegação de competências.

3 — É revogado o despacho publicado através do Aviso n.º 14 152/2007.

24 de Julho de 2009. — O Vice-Presidente, *Paulo Gomes*.

202109794

Aviso n.º 13562/2009

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é alterada a comissão de acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Foz Côa, publicada através do Aviso n.º 23644/2008, de 19 de Setembro, a qual passa a integrar um representante da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

24 de Julho de 2009. — O Presidente, *Carlos Cardoso Laje*.

202109737

Aviso n.º 13563/2009

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Vila Flor, que integra um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;

Assembleia Municipal de Vila Flor;

Administração Regional Hidrográfica do Norte;

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.;

Autoridade Nacional de Protecção Civil;

Autoridade Florestal Nacional — Direcção Regional de Florestas do Norte;

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias;
 Direcção Regional de Economia do Norte;
 Direcção-Geral de Energia e Geologia;
 Direcção Regional da Cultura do Norte;
 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
 Direcção Regional de Educação do Norte;
 REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.;
 Turismo de Portugal, I. P.;
 Câmara Municipal de Vila Flor;
 Câmara Municipal de Alfândega da Fé;
 Câmara Municipal de Mirandela;
 Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães;
 Câmara Municipal de Torre de Moncorvo;
 Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

24 de Julho de 2009. — O Presidente, *Carlos Cardoso Laje*.
 202109664

Declaração de rectificação n.º 1829/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 11691/2009, publicado no *Diário da República* n.º 126, de 2 de Julho de 2009, onde se lê “O período de Discussão Pública tem início no dia 8 de Julho, prolongando-se até 7 de Setembro de 2009”, deve ler-se “O período de Discussão Pública tem início no dia 10 de Julho, prolongando-se até 9 de Setembro de 2009”.

27 de Julho de 2009. — O Presidente, *Carlos Cardoso Laje*.
 202109348

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 17662/2009

Nomeação para o cargo de Dirigente Intermédio de 1.º grau — Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 1.º grau seja efectuado por selecção de entre funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º e, terminado o prazo para a apresentação de candidaturas, a escolha deveria recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor correspondesse ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

Considerando que o júri, na acta final que integra o respectivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a nomeação da licenciada Maria José Leal Castanheira Neves, por reunir as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir o perfil adequado às funções a assumir, boas condições técnicas e inter-pessoais para prosseguir as atribuições e objectivos da Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e às Autarquias Locais, em virtude de deter uma significativa experiência no exercício de funções dirigentes e de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções ligadas aos domínios da área funcional do cargo a prover.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º n.º 1 e 21.º n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro determino o seguinte:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, Directora de Serviços de Apoio Jurídico e às Autarquias Locais, a licenciada Maria José Leal Castanheira Neves;

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

1 de Junho de 2009. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota Curricular

Dados Biográficos: Maria José Leal Castanheira Neves, filha de Maria José da Costa Leal e de António Castanheira Neves, natural de Matosinhos, residente em Coimbra;

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com média final de 17 valores;

Experiência Profissional:

Nomeada Adjunta do Ministro da Justiça, no IV Governo Constitucional, de 9-4-79 a 1-8-79;

Nomeada Técnica Superior da Comissão de Coordenação da Região Centro em Abril de 1980, continuando na actual data no exercício de funções neste organismo, na carreira técnica superior;

Nomeada, em comissão de serviço, Chefe de Divisão Jurídico-Administrativa da Comissão de Coordenação da Região Centro, em 2 de Maio 1983, tendo o exercício destas funções ocorrido até 30-9-90;

Nomeada, em comissão de serviço, Directora Regional da Administração Autárquica, da Comissão de Coordenação da Região Centro, com efeitos desde 1-10-90, tendo exercido estas funções até 31-3-93;

Em 1 de Abril de 1993, destacada para o Gabinete de SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, tendo exercido funções de Assessora junto deste membro do Governo até 31 de Dezembro de 1993;

Em 3-2-94, nomeada, em comissão de serviço, Directora Regional da Administração Autárquica tendo permanecido nestas funções durante uma comissão de serviço completa (3 anos);

Em 10-4-97 nomeada, em comissão de serviço, Directora Regional da Administração Autárquica, tendo exercido funções durante nova comissão de serviço completa;

Em 2001, nomeada, após realização de concurso, Directora Regional da Administração Autárquica, com efeitos a 6/08/2001;

Em 1/9/2001, por despacho publicado em 28/09/2001, foi mantida a sua comissão de serviço, agora no cargo de Directora Regional da Administração Local, cargo que exerceu até 30 de Abril de 2007;

Em 9/8/2007, por despacho publicado em 3 de Setembro de 2007, com efeitos a 1 de Maio de 2007, nomeada Directora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, em regime de substituição;

Funções Docentes Universitárias:

Regência, como docente universitária, a disciplina semestral de Gestão Autárquica, na Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional de Viseu) nos anos lectivos de 1989-1990, 1990-1991, 1991-1992, 1992-1993;

Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 25 de Fevereiro de 2003, leccionando o curso «Governo e Administração Regional» da Licenciatura em Administração Pública, de 2003 a 2008 e o curso «Governo e Administrações Públicas», no ano lectivo de 2008-2009;

Docência no Mestrado em Política Cultural Autárquica (2.º ciclo de acordo com as normas de Bolonha), na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na disciplina «Organização e Funcionamento das Autarquias Locais», um semestre, ano lectivo 2007-2008 e 2008-2009;

Funções de Formadora:

Monitora em diversas acções de formação de curta duração.

Trabalhos e artigos publicados:

Publicação de Livros: Lições de “Filiação” do 4.º ano jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra, editadas no ano de 1977, em co-autoria com os Drs Ohen Mendes e Rui Morais; “Sistema Autárquico Italiano”, publicado na Revista de “Desenvolvimento Regional”, n.º 12, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, págs. 75 e ss”; Documento de análise com vista à implementação do Serviço Regional de Informática na Região Centro, em co-autoria com o Dr. Rui Feio e com o Dr. Álvaro Amaro, Comissão de Coordenação da Região Centro, Março de 1982; Proposta de funcionamento da A.I.R.C. para o ano base, Comissão de Coordenação da Região Centro, Outubro de 1982; “Sistema Autárquico Francês”, publicado na Revista de “Desenvolvimento Regional”, n.º 17, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, págs. 51 e ss.”; “A Tributação Local no Quadro Constitucional Português, em co-autoria com António Lobo Xavier, editado pela C.C.R. Centro, 1989, em “A Problemática da Tributação Local — Seminário Internacional”; “Do interesse geral, local e particular no novo regime legal do licenciamento municipal de obras particulares”, publicado no n.º 134 da “Revista de Administração Local”, Março/Abril de 1993, pág. 149 e ss; Co-Autoria das Anotações ao “Regime de Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública”, Série de Estudos Autárquicos, n.º 1, 1992, editada pela C.C.R. Centro; Co-autoria das anotações do “Regime de Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na administração local autárquica” Série de Estudos Autárquicos, n.º 2, 1992, editada pela C.C.R. Centro; Co-autoria das anotações à “Regularização de Actos de Provimento de Agentes e funcionários dos Serviços dos Municípios”, Série de estudos Autárquicos, n.º 3, 1992, editada pela C.C.R. Centro; Co-autoria e coordenação das anotações ao “Estatuto dos Eleitos Locais”, Série de Estudos Autárquicos, n.º 4, editada pela C.C.R. Centro,